



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

EDITAL

PREÂMBULO : PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/18
PROCESSO Nº 097/18
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 045/18

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
SETOR: Ensino, Serviços Públicos, Gabinete, Saúde, Segurança e
Trânsito, Promoção Social, Saneamento Básico e
Transporte Escolar.

MODALIDADE: Pregão
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Rua Ver. Juvenal Leme Mourão, 770, Centro, Sta. Cruz Conceição.

Até o dia 27/06/ 2018 às 9:00 horas;

Tendo início a sessão às 9:10 horas.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, com redação nova dada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais legislações vigentes e pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 1.983 de 01/08/2014.

I - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o registro de preços de serviços de manutenção de borracharia nos veículos de linha leve e pesada da Frota Municipal de Santa Cruz da Conceição, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do presente edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - - Somente poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto deste certame e que atenderem às exigências atribuídas no presente edital. *(Art 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014).*

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverá ser apresentada, tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição Estado de São Paulo

3.1.1 Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.2 - O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Sendo o representante sócio ou dirigente da empresa licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os seus poderes.

3.4 - Deverá ser apresentada fora dos envelopes A e B a declaração informando o pleno atendimento aos requisitos de credenciamento em papel timbrado da empresa, conforme modelo do Anexo II.

3.5 - Declaração (Anexo III), na qual a empresa licitante, sob as penas da Lei, declare que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.

3.6 - As licitantes, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme artigo 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro de Comércio, de 30/04/2007, emitida em até 30 (trinta) dias antes da data de abertura do presente certame, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro juntamente com os demais documentos no credenciamento, se for o caso.

3.7 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1 - O atraso injustificado deste contrato sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, sujeitará à Contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - multa de 10 % até o 30º dia de atraso;

II - multa de 15 % a partir do 31º dia de atraso até o 45º dia de atraso;

III - multa de 20 % a partir do 46º dia de atraso restando caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

4.2 - As sanções aplicadas poderão ser descontadas diretamente do respectivo pagamento devido ao contratado.

4.3 - A quitação de qualquer sanção imposta pela administração à contratada não a exime de outras reparações por eventuais danos, e/ou prejuízos que seu ato venha acarretar e nem de penalidades subseqüentes.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

4.4 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope A - Proposta

Pregão nº 033/2018

Processo Licitatório nº 045/2018

Processo n.º 097/2018

Licitante: _____

Envelope B - Habilitação

Pregão nº 033/2018

Processo Licitatório nº 045/2018

Processo n.º 097/2018

Licitante: _____

5.3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) número do processo, processo licitatório e do Pregão;
- c) descrição do objeto da presente licitação, planilha orçamentária dos serviços,;
- d) preços unitários e totais referente à mão-de-obra objeto do presente contrato, e preço global da proposta em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, Estadual (Certidão de débitos inscritos e não inscritos em Dívida Ativa) e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

7.1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração (Anexo IV).

c) Declaração de que recebeu todos os documentos, e tomou conhecimentos de todas as informações e condições locais para o integral e efetivo cumprimento de suas obrigações (Anexo V).

d) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Decreto 4.358 de 05.09.2002 que disciplinou o inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93, constante do Anexo VI.

e) Declaração de documentação técnica, conforme modelo do Anexo VIII.

7.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

a) certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

a.1) A certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

7.2 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VIII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1- No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.2 – Para o respectivo credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a documentação e os envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3 – Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.4 – A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.5 – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.6 – As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.7 - Para efeito de seleção será considerado o preço global.

8.8 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.8.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.9 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 0,10 (Dez centavos), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item.

8.10 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.11 - Após a etapa de lances serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores.

8.12 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.13 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.13.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião da abertura do respectivo processo.

8.14 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

8.15 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a)- substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.15.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.15.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.16 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.17 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

IX — DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

9.1. Documentação:

9.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, artigo 43 da LC n.º 123/06.

9.1.2. § 1º - Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.3. A não regularização da documentação neste prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.2. Julgamento:

9.2.1. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da LC nº 123/06 e LC 147/14.

9.2.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2.3. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma, artigo 45 da LC n.º 123/06:

9.2.3.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de menor preço àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.2.4.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.2.4.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2.4.4. no caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.2.4.5. O julgamento que trata o § 3º acima mencionado, será efetuado a cada item.

X - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição Estado de São Paulo

dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3- Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - Só serão aceitos recursos e/ou contra razões protocolados na Secretaria da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Vereador Juvenal Leme Mourão, 770, Centro de Santa Cruz da Conceição / SP, ou ainda encaminhadas via correios, desde que entregues dentro do prazo estipulado para recurso/contrarrazão, não sendo aceitos documentos enviados por e_mail.

XI - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

10.1 - O prazo de execução da presente contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

10.2 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita diretamente ao Diretor de Transportes, senhor José Roberto Luciano, a qual será a responsável pelo acompanhamento da execução contratual pertinente a este certame, correndo por conta da Contratada as despesas de tributos e/ou encargos decorrentes dos serviços.

10.3 - Os serviços deverão ser executados mediante solicitação autorizada pelo Departamento de Transportes da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição e deverão ser executados no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a solicitação.

XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - Constatando irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) a respeito da especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

b) a respeito da diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e recebimento da respectiva Nota Fiscal, junto ao Departamento de Compras.

13.2 – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

13.3 – As despesas com a execução das aquisições deste processo serão suportadas pela dotação orçamentária que segue:

01.26.02 Ensino Fundamental	Funcional	Programática	–	10.301.9508.2508.0000
Elemento Econômico – 3.3.90.39.19				
Funcional	Programática	–	01.30.01 Agricultura, Meio Ambiente Def Civil Segurança e Trânsito	
12.361.9511.2511.0000				
			Elemento Econômico – 3.3.90.39.19	
01.27.01 Serviços Públicos	Funcional	Programática	–	15.452.9525.2538.0000
Elemento Econômico – 3.3.90.39.19				
Funcional	Programática	–	01.24.02 Fundo Municipal Criança e Adolescente	
15.452.9520.2534.0000				
01.20.01 Gabinete e Dependências			Elemento Econômico – 3.3.90.39.19	
Elemento Econômico – 3.3.90.39.19	Funcional	Programática	–	08.243.9505.2533.0000
Funcional	Programática	–	01.27.02 Saneamento Básico	
04.122.9500.2500.0000				
01.25.01 Saúde			Elemento Econômico – 3.3.90.39.19	
Elemento Econômico – 3.3.90.39.19	Funcional	Programática	–	17.512.9521.2521.0000



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

01.26.09 – Transporte Escolar

Setor 01.24.01 Fundo de Assistência Social

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19

Funcional Programática –
12.361.9518.2518.0000

Funcional Programática
08.244.9504.2504.0000

XIV – DO REAJUSTE (art. 40, inc. XI)

14.1 Os preços registrados na respectiva Ata de Registro de Preços não sofrerão qualquer reajuste e somente poderão ser revisados na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados através de planilhas de custos, nota Fiscais e outros documentos que justifiquem o desequilíbrio..

de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

XV – DA CONTRATAÇÃO E DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de Ata de Registro de Preços.

15.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.1.1 Se, por ocasião da assinatura da ata, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo

15.2. Quando a Detentora da Ata, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição Estado de São Paulo

recusar a assinar o respectiva Ata ou retirar/receber o instrumento equivalente, ficará sujeita às penalidades previstas, bem como serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

15.3. Homologada a presente licitação, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qual conterá os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, que terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua lavratura.

15.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração direta e autárquica do Município.

15.5. Caso a licitante vencedora, após regularmente convocada, não assine a ta de Registro de Preços dos itens que lhe foram adjudicados, ou o contrato de expectativa de fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas neste edital a ela aplicáveis, fica reservado à Prefeitura Municipal o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas àquela, inclusive quanto ao preço atualizado, ou, ainda, revogar a licitação.

15.6. Até a assinatura da ata de registro de preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição tiver ciência de fato desabonador à sua habilitação, somente conhecido após o julgamento.

15.7. Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, ou ainda, a inexecução parcial das obrigações assumidas, a Prefeitura Municipal poderá convocar as licitantes remanescentes para assinarem a ata de registro de preços, nas mesmas condições, inclusive quanto ao preço, da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

15.8. A Ata de Registro de Preços a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo, independente de notificações ou

interpelações judiciais ou extrajudiciais.

15.9. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer dessas ocorrências, mediante consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Santa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição Estado de São Paulo

Cruz da Conceição e desde que não afete a boa execução do contrato.

XVI - DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2- Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

17.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

17.3 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

17.4 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal, após a assinatura do respectivo contrato.

17.5 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.5.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

17.5.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.6 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

17.7- Integra o presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de cumprimento dos plenos atendimentos dos requisitos de habilitação;

Anexo III - Declaração de enquadramento na Lei de ME EPP;

Anexo IV - Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo V - Declaração de que tomou conhecimento das exigências editalícias

Anexo VI - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz

Anexo VII – Minuta do Contrato

Anexo VIII – Declaração de apresentação de documentação técnica.

17.8 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

17.9 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.E. de 18 de julho de 2002.

17.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Leme do Estado de São Paulo.

Santa Cruz da Conceição, 22 de maio de 2018.

PATRÍCIA CAPODIFOGGIO
LANDGRAF
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo nº 097/2018
Processo de Licitação nº 045/2018
Pregão Presencial nº 033/2018

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa técnica especializada para realização de aproximadamente 470 (quatrocentos e setenta) horas de serviço de Borracharia em Geral Preventivo-Corretiva da linha Pesada e Tratores Agrícolas e aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) horas de serviço de Borracharia em Geral Preventivo-Corretiva da linha Leve e Utilitários da Frota Municipal de Santa Cruz da Conceição.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. No que tange a presente contratação, esta se justifica pela necessidade de manter a frota Municipal da Prefeitura de Santa Cruz da Conceição, em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação, à disposição do serviço a qualquer tempo que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, pronta para receber o atendimento e assistência

devidos, o que é primordial para o seu funcionamento. Além disso, essa se torna necessária tendo em vista à segurança dos usuários dos veículos.

2.2. Compreendem-se como manutenção veicular os serviços de Borracharia em Geral corretiva e preventiva, ou seja, montagem e desmontagem de pneus câmaras e protetores, serviço de troca de bicos, vulcanização, alinhamento, balanceamento e cambagem, com o fornecimento de peças e mão de obras inclusas, para manter em condições seguras de circulação e conservação da frota Municipal.

**3. ESPECIFICAÇÕES
TÉCNICAS**

3.1. A empresa vencedora do certame deverá prestar os serviços dentro do prazo determinado.

3.2. Deverá ser fornecido, junto à nota fiscal a descrição dos serviços e constar nas observações o veículo, número de placa e o número do pregão.

3.3. Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

3.4. Todas as Notas Fiscais emitidas deverão ser eletrônicas e enviadas para o e-mail nfe@santacruzdaconceicao.sp.gov.br para contabilização e pagamento.

3.5. Deverá ser realizado serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos de linha Pesada e Tratores Agrícolas e de linha leves e utilitários da Frota Municipal de Santa Cruz da Conceição mediante requisição emitida pelo Departamento de Transportes do Município;

3.6. A Contratada deverá retirar o veículo no local indicado pela Prefeitura, seja na sede de sua garagem ou ainda em possíveis locais onde os veículos estiverem danificados, ou necessitarem de revisão, ou ainda levá-los à Sede da Contratada para Conserto;

3.7. A Contratada deverá atender as solicitações o mais breve possível, no prazo máximo de 04(quatro) horas para serviços em caráter de urgência, principalmente quando se tratar de ambulâncias ou qualquer outro veículo da Frota Municipal, conforme determinado pelo Diretor do Departamento de Transportes do Município;

3.8. Será de responsabilidade da Contratada a locomoção através de

guincho do veículo, se for o caso, a receber os serviços, estando o mesmo na Garagem da Prefeitura ou ainda em locais que o veículo encontra se danificado;

3.9. A contratada deverá elaborar orçamento contendo a estimativa de gastos e indicação de todos os serviços a serem executados no veículo para prévia autorização da Contratante.

3.10. A Empresa deverá prestar serviço em 04(quatro horas), caso houver necessidade.

3.11. A Empresa deverá estar devidamente capacitada para atender diversas montadoras e modelos de veículos pertencentes à Frota Municipal.

3.12. A Empresa deverá prestar serviço 24 horas, caso haja necessidade de efetuar reparos emergenciais.

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA/TRANSPORTE/ARMAZENAMENTO E RECEBIMENTO.

4.1. Os serviços serão solicitados em quantidades definidas pelo Departamento de Transporte conforme necessidade;

4.2. Os pedidos sempre que possível serão formalizados por e-mail ou, por escrito contendo o recebimento da contratada no mesmo;

4.3. Os veículos deverão ser entregues no local indicado, das 07h00hs as 16h00hs.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

5. PRAZO DE ENTREGA E PERIODICIDADE

5.1. O presente registro de preços terá validade de 12 (doze) meses.

5.2. Os serviços serão realizados conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição.

5.3. Prazo de execução e entrega dos serviços deverão ser de no máximo 06 horas a partir da solicitação de reparação;

6. RESPONSÁVEL

6.1. As solicitações de reparação Corretivo-Preventiva bem como a conferência dos serviços prestados serão de responsabilidade de:

Sr. José Roberto Luciano

RG: 33.674.846

CPF:286.148.158-75

Rua: Delmira Gurtler Bighellini,107

Bairro: Jardim Andrea

Santa Cruz da Conceição/ SP

Diretor do Departamento de Transporte.

7. LOCAL DA ENTREGA

7.1. As entregas devem ser realizadas na Rua Gabriel Francisco, nº404, Centro – Almoarifado 01 – Santa Cruz da Conceição /SP.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA

8.1. Os Recursos para execução do objeto deverão ser suportados por verbas orçamentárias próprias.

9. CRONOGRAMA

9.1. Conforme solicitação.

Relação de veículos de Linha Leve e Utilitários e seus respectivos setores.

1. No Setor da Saúde será necessário um total estimado de 130 Horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

- 1.1 Chery New QQ Placa FIO7774;
- 1.2 Chery New QQ Placa FVD7737;
- 1.3 Chevrolet Onix Placa FOI3742;
- 1.4 VW Gol Placa CPV7630;
- 1.5 Renault Master Placa FJU9526;
- 1.6 Fiat Ducato Placa DJM7468;
- 1.7 Citroen Jumper Placa FUZ7410;
- 1.8 VW Kombi Placa CPV7624;
- 1.9 VW Kombi Placa CPV7629;
- 1.10 Chevrolet S10 Placa CMW3061;
- 1.11 Fiat Doblo Placa EEF2974;
- 1.12 VW Saveiro Placa EOB4502;

2. No Setor da Educação será necessário um total estimado de 20 horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

- 2.1 Fiat Palio Placa CPV7621;
- 2.2 VW Kombi Placa CPV7618;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

3. No Setor do Gabinete será necessário um total estimado de 20 horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

3.1 Toyota Corolla Placa CPV7619;

3.2 Citroen C4 Lounge
PLACAFQN3979;

4. No Setor da Agricultura, Meio Ambiente, Segurança, Defesa e Trânsito e Guarda Municipal será necessário um total estimado de 60 horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

4.1 Chevrolet Spin Placa GHT3330;

4.2 Chevrolet Blazer Placa
DJL5787;

4.3 VW Gol Placa CPV7617;

4.4 VW Gol Placa BFW5960;

4.5 VW Saveiro Placa BFW5965;

4.6 Chevrolet Ipanema Placa
BVZ0668;

5. No Setor de Obras e Serviços Públicos será necessário um total estimado de 20 horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

5.1 VW Saveiro Placa IGF7160;

5.2 Vw Kombi Placa CPV7620;

6. No Setor do Conselho Tutelar será necessário um total estimado de 10 horas para atender as necessidades para os seguintes veículos abaixo:

6.1 VW Gol Placa EOB4501;

7. No Setor de Água e Esgoto será necessário um total estimado de 10 horas para atender as necessidades para os seguintes veículos abaixo:

7.1 Chevrolet S10 Placa
CDV1520;

8. No Setor do Cras será necessário um total estimado de 10 horas para atender as necessidades para os seguintes veículos abaixo:

8.1 VW Gol Placa FCT-0927;

Relação de veículos de Linha Pesada e Agrícola e seus respectivos setores.

9. No Setor da Agricultura, Meio Ambiente, Segurança, Defesa e Trânsito será necessário um total estimado de 270 Horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

9.1 Ford Cargo 2422E Placa
CPV7625;

9.2 Ford Cargo 2422E Placa
CPV7526;

9.3 Mercedes Bens Atron 2729k
Placa EOB4503;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

- 9.4 International 4400P7 Placa FUA2886;
- 9.5 GM 6000 Placa BFW5963;
- 9.6 Ford F12000L Placa BFW5961;
- 9.7 Ford F12000L Placa BFW5962;
- 9.8 Ford F22000 Placa BFW5952;
- 9.9 Ford Cargo 1517E Placa CPV7622;
- 9.10 VW 8-120 Placa CPV7616;
- 9.11 Trator Valtra BM100;
- 9.12 Trator Valmet 885;
- 9.13 Trator Valmet 785;
- 9.14 Trator Ford 6630;
- 9.15 Trator Valmet 68;
- 9.16 Motoniveladora New Holland 140.B;
- 9.17 Motoniveladora New Holland 170.B;
- 9.18 Retro Escavadeira JCB;
- 9.19 Retro Escavadeira Fiatallis F80B;
- 10.3 MarcopoloVollare V8ON Placa CPV-7628;
- 10.4 MarcopoloVollare V8L ESC PlacaCPV-7623;
- 10.5 VW 15.190 EOD Placa CPV-7627;
- 10.6 Marcopolo Vollare V6IEM Placa FQO-0814;
- 10.7 Marcopolo Vollare V6LEM Placa FQC-2177;
- 10.8 Marcopolo Vollare V6LEM Placa FOE-5665;
- 10.9 Marcopolo Vollare W7EO Placa FQF-7224;
- 10.10 VW MascarelloGranmidiEOD Placa DJM-8029;
- 10.11 Mercedes Bens Marcopolo VicinoEsc Placa DJM-1389;
- 10.12 VW MascarelloGranmini Placa DJM-8330;

10.No Setor do transporte de Alunos será necessário um total estimado de 200 Horas para atender as necessidades do Setor para os seguintes veículos abaixo:

- 10.1 MarcopoloVollare A8 ON PlacaCPV-7615;
- 10.2 MarcopoloVollare V6 ON Placa CMW-3674;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

ANEXO II

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA
EMPRESA), CNPJ Nº
_____, sediada
_____(end
ereço completo), declara, sob as
penas da lei, que cumpre
plenamente os requisitos de
habilitação através dos documentos
integrantes dos envelopes “B”, sob
pena de sujeição às penalidades
previstas no instrumento
convocatório do **Pregão Presencial
n° 033/2018.**

_____, ____ de
____ 2018.

Nome e assinatura do representante
legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

Sendo expressão da verdade,
subscrevo-me.

_____, ____ de
_____ de 2018.

ANEXO III

(Minuta de declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n° 123/06)

Nome e assinatura do
representante legal da empresa

Declaração de enquadramento
como microempresa ou
empresa de pequeno porte.

A _____
_____ (n
ome da licitante), qualificada como
microempresa (ou empresa de
pequeno porte) por seu
representante legal (doc. Anexo),
inscrita no CNPJ sob n°
_____,co
m sede à

_____ decl
ara para os devidos fins de direito
que pretende postergar a
comprovação da regularidade fiscal
para o momento da assinatura da
Ata e ter preferência no critério de
desempate quando do julgamento
das propostas, nos termos da Lei
Complementar n° 123, de 14 de
dezembro de 2006 e suas
alterações.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA
EMPRESA), CNPJ N°
_____, sediada
_____(endereço
completo), declara, sob as penas da
lei, que inexistem fatos impeditivos
para sua habilitação no processo
licitatório **Pregão Presencial n°
033/2018**, estando ciente e de
acordo da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de
____ 2018.

Nome e assinatura do
representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

ANEXO V

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA
EMPRESA), CNPJ N°
_____, sediada
_____(endereço
completo), declara, sob as penas da
lei, que recebeu e tomou
conhecimento de todas as
informações e condições locais para
o integral e efetivo cumprimento de
suas obrigações

_____, ____ de
____ 2018.

Nome e assinatura do
representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

ANEXO VI

DECLARAÇÃO item 14

....., inscrito no CNPJ
n°....., por intermédio de seu
representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a)
da Carteira de Identidade
n°..... e do CPF n°
....., **DECLARA**, para fins do
disposto no [inciso V do art. 27 da Lei n°
8.666, de 21 de junho de 1993,](#)
acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos,
salvo maior de quatorze anos, na
condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante legal)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

Representante Legal

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que a empresa

_____, cadastrada no CNPJ n°

tem disponibilidade ou reúne condições de apresentar documentação técnica abaixo relacionada, no ato da assinatura do contrato, conforme exige item 15.3 do respectivo edital :

a) Fornecer do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) “Apto” para o exercício da função assinado por Médico do Trabalho;

b) Apresentar PPRA, Relação de EPI’s, Fichas de EPI’s Ficas de treinamentos de uso de EPI, em atendimento a Norma Regulamentadora, lei n° 6.514/77 e Portaria n° 3.214/78.

Local, Data



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Processo n° 097/2018
Processo de Licitação n° 045/2018
Pregão Presencial n° 033/2018

ANEXO VII

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS**

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição, cadastrada no CNPJ n° 44.751.725/0001-97, sediada à Rua Vereador Juvenal Leme Mourão, 770, Centro de Santa Cruz da Conceição/SP, neste ato representada pela senhora Patrícia Capodifoglio Landgraf, Prefeita Municipal, neste ato denominada como ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos do disposto no artigo 11º da Lei Federal n° 10.520 de 17 de julho de 2002, artigo 15º da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n° 1.983 de 01 de agosto de 2014 que regulamentam o Sistema de Registro de Preços - SRP RESOLVE registrar os preços de prestação de serviços manutenção elétrica em veículos de linha leve e pesada de forma corretiva e preventiva da Frota Municipal da Prefeitura de Santa Cruz da Conceição, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

I - DO OBJETO

O presente pregão tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** de prestação de serviços manutenção de borracharia nos veículos de linha leve e pesada da Frota Municipal da Prefeitura de Santa Cruz da Conceição

II - DOS ORGÃOS INTEGRANTES DO REGISTRO:

Integra esta Ata de Registro de Preços os Departamentos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição.

III - DAS DETENTORAS DA ATA / EMPRESAS VENCEDORAS

1.

(qualificação), empresa com sede na rua

_____, n.º _____, bairro _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ e Inscrição Estadual sob n.º _____, neste ato representado por seu sócio gerente, _____ (qualificação), residente e domiciliado na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrito no CPF-MF sob n.º _____

_____ e portador da cédula de identidade RG n.º _____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____.

2.

(qualificação), empresa com sede na rua _____, n.º _____, bairro _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ e Inscrição Estadual sob n.º _____, neste ato representado por seu sócio gerente, _____ (qualificação), residente e domiciliado na rua _____, n.º _____, bairro _____



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

_____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrito no CPF-MF sob n.º _____

_____ e portador da cédula de identidade RG n.º _____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____.

IV – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços objeto do presente registro são aqueles ofertados pelas empresas DETENTORAS da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial n.º 033/18 e Processo Licitatório n.º 045/2018, conforme anexo I, desta Ata de Registro de Preço.

V – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por um ano, ou seja, de _____ de _____ de 2018 até _____ de _____ de 2019;

VI- DA EXECUÇÃO, ENTREGA E PENALIDADES:

1. Na execução das contratações os fornecedores deverão observar todas as normas dispostas no edital do Processo Licitatório n.º 045/18, Pregão Presencial n.º 033/18, o qual faz parte

integrante da presente Ata de Registro de Preços.

2. Os fornecedores que descumprirem as disposições relativas à execução da contratação se sujeita às penalidades constantes no edital do Processo Licitatório n.º 045/18, Pregão Presencial n.º 033/18, que faz parte integrante da presente.
3. As despesas que decorrerem da execução desta ata de registro de preços serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

01.26.02 Ensino Fundamental

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19

Funcional Programática –
12.361.9511.2511.0000

01.27.01 Serviços Públicos

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19

Funcional Programática –
15.452.9520.2534.0000

01.20.01 Gabinete e Dependências

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19

Funcional Programática –
04.122.9500.2500.0000

01.25.01 Saúde

Elemento Econômico – 3.3.90.39.19



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

Funcional Programática - Funcional Programática -
10.301.9508.2508.0000 17.512.9521.2521.0000

01.30.01 Agricultura, Meio Ambiente
Def Civil Segurança e Trânsito

Elemento Econômico - 3.3.90.39.19

01.26.09 - Transporte Escolar

Elemento Econômico - 3.3.90.39.19

Funcional Programática -
15.452.9525.2538.0000

01.24.02 Fundo Municipal Criança e
Adolescente

Funcional Programática -
12.361.9518.2518.0000

Elemento Econômico - 3.3.90.39.19

Funcional Programática -
08.243.9505.2533.0000

Setor 01.24.01 Fundo de Assistência
Social

01.27.02 Saneamento Básico

Elemento Econômico - 3.3.90.39.19

Elemento Econômico - 3.3.90.39.19

Funcional Programática
08.244.9504.2504.0000

VII- DA IMPUGNAÇÃO AOS PREÇOS REGISTRADOS

1. A presente Ata de Registro de Preços permanecerá afixada no quadro de avisos do Paço Municipal por, 15 (quinze) dias sendo qualquer cidadão parte legítima para impugnar, neste período, os preços registrados;
2. As impugnações se darão em razão de incompatibilidade dos preços registrados com o vigente no mercado;
3. As impugnações deverão ser interpostas por escrito e protocolizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição / SP;
4. Os responsáveis pelo Registro de Preços deverão julgar as impugnações no prazo de 03 (três) dias, a contar de sua apresentação;

VIII - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO PROPONENTE



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

8.1. O Proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da Administração, quando:

- a) A licitante não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) A licitante perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) A licitante não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) A licitante comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço; e
- f) Ficar caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

8.3. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

IX – DAS SANÇÕES

9.1. A(s) licitante(s) convocada(s) dentro do prazo de validade da sua proposta que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal:

- a) Ficará(ão) impedida(s) de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição, e ainda, descredenciado no seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

9.2 – O atraso injustificado deste contrato sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a Contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I – multa de 10 % até o 30º dia de atraso;

II – multa de 15 % a partir do 31º dia de atraso até o 45º dia de atraso;

III – multa de 20 % a partir do 46º dia de atraso restando caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

9.3 – As sanções aplicadas poderão ser descontadas diretamente do respectivo pagamento devido ao contratado.

9.4 – A quitação de qualquer sanção imposta pela administração à contratada não a exime de outras reparações por eventuais danos, e/ou prejuízos que seu ato venha acarretar e nem de penalidades subseqüentes.

9.5 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.

X- DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1 – Entregar os serviços objetos desta licitação mediante ordem de fornecimento do Departamento de Serviços Públicos, através de seu Diretor senhor Ary Benedito Pinheiro nos locais definidos pelo mesmo dentro do Município de Santa Cruz da Conceição / SP, conforme quantitativo e especificações constadas na Ordem de Fornecimento, sendo que a entrega do objeto, não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento emitida.

10.2 – A contratada é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produtos e em que se verificarem irregularidade.

10.3 – Os pedidos serão realizadas em quantidades, suficientes para atender a demanda do Município, periodicamente.

10.4 – Os pedidos poderão ser realizados via email, fax ou por autorização escrita, assinada pelo responsável do setor de Serviços Públicos, devendo no ato do recebimento o responsável da empresa constar o horário de recebimento do pedido, para que seja utilizado como prazo de entrega.

11.11 – A Prefeitura Municipal poderá:

a) a respeito da especificação, rejeitar o objeto no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Estado de São Paulo

- b) a respeito da diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- c) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

11.12 - O acompanhamento e fiscalização do presente contrato serão executados pelo Diretor de Transportes José Roberto Luciano.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada ao serviços.

12.2. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo estipulado neste edital.

12.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

13- DOS CASOS DE RESCISÃO

13.1. Constituem casos que possibilitam a rescisão contratual todas as condutas das partes que se adequarem aos motivos tipificados no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, artigo 13 do Decreto Municipal nº 3.863/2009, bem como as ocorrências descritas no edital da licitação.

14 - DO PREÇO REGISTRADO

14.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

